



A GRANDE QUESTÃO DO NOSSO TEMPO

Pedro Vaz Patto

A carta encíclica do Papa Leão XIV “*Magnifica Humanitas*”, sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial, tem sido amplamente comentada e elogiada por pessoas de vários quadrantes e até em meios de comunicação social que habitualmente não prestam grande atenção aos documentos da Igreja Católica. Destaca-se a sua oportunidade no atual contexto mundial, e também o seu pioneirismo.

As repercussões da inteligência artificial já foram consideradas a grande questão de alcance histórico com que são confrontadas as sociedades de hoje. São repercussões que abarcam os âmbitos social, económico, cultural, ético e até antropológico (está em jogo a própria definição da essência do ser humano).

Consciente desta relevância, o Papa analisa essas repercussões à luz dos fundamentos e princípios da doutrina social da Igreja (a dignidade da pessoa humana, o bem comum, o destino universal dos bens, a subsidiariedade, a solidariedade e a justiça social).

Muito haverá a salientar do conteúdo desta encíclica. Entre outras ideias, dela me parece de destacar o seguinte.

Os sistemas de inteligência artificial são encarados como um instrumento precioso, fruto da inteli-

gência humana que é um dom de Deus. Superam esta em velocidade e amplitude de cálculo, mas não podem substituí-la: não vivem uma experiência, não possuem um corpo, não passam pela alegria e pela dor, não amadurecem nas relações, não conhecem internamente o que significa amor, trabalho, amizade, responsabilidade. Nem sequer possuem uma consciência moral: não julgam o bem e o mal, não captam o sentido último das situações, não assumem sobre si o peso das consequências (n. 99).

O salto tecnológico que representam poderá ser associado à corrente do transumanismo, que pretende superar, através da tecnologia, os limites e fragilidades da natureza humana (doença, velhice, sofrimento). Afirmo o Papa nesta sua encíclica que o “limite” é o espaço onde o humano amadurece e se abre à relação. O humano não floresce apesar dos limites, mas, muitas vezes, *através* dos limites (n. 118). Se, por um lado, é nosso dever procurar eliminar o sofrimento evitável, por outro, sabendo que o limite é próprio da natureza humana, há que encontrar o seu sentido. É precisamente na nossa limitação que encontram espaço a compaixão, a sincera preocupação perante as necessidades dos outros, a generosidade que surpreende mesmo no meio da escuridão e do fracasso, a

experiência espiritual e a adoração de Deus (n. 119).

Ultrapassar a natureza humana não depende da tecnologia. O ser humano é chamado a transcender-se a si mesmo: não para fugir da realidade ou por desprezo dos limites, mas para se realizar no amor. A fé conhece um “além” que nasce do dom de Deus. (n. 128).

A encíclica denuncia erros e perigos (de instrumentalização da pessoa, de manipulação e desinformação, de banalização da guerra através de armas autónomas), mas também afirma que a perspectiva cristã não se esgota na denúncia do mal. A história deve ser vista à luz do Crucificado Ressuscitado. Assim, não estamos perante um destino fechado, mas perante um campo aberto à conversão pessoal e coletiva. O Reino de Deus desenvolve-se a partir da pequenez de um grão de mostarda, como uma semente que, uma vez deitada à terra, germina e cresce (cf. Mc 4, 26-32) (n. 210).

E para isso, há que vencer a tentação de pensar que os problemas são demasiado grandes e nós demasiado pequenos. E que, por isso, as nossas escolhas nada alteram. Cada um de nós dispõe de um seu âmbito de ação, e é aí que é chamado a escolher entre alimentar a lógica da força, ou zelar pela lógica da paz e da civilização do amor (n. 212). ■